

O trabalho infantil é uma realidade terrível em todo o mundo. Podemos vê-lo nos países ocidentais e orientais. Podemos vê-lo nos países do norte, bem como nos países do sul. Podemos vê-lo nas cidades e também fora delas, nos campos e nas áreas costeiras. Podemos vê-lo nas grandes avenidas das cidades do mundo, como o podemos ver nos bairros mais pobres dessas mesmas cidades. Para muitos meninos e meninas do mundo, a infância é um tempo de formação e de preparação para a vida adulta. Por outro lado, para muitos meninos e meninas, especialmente nos países em vias de desenvolvimento, a infância é um tempo de duro trabalho que se realiza, com demasiada frequência, em condições muito difíceis.

Na Grã-Bretanha do século XXI, a educação é considerada um direito humano com imenso poder de transformação da sociedade. Numa sociedade altamente complexa e competitiva, assegurar a sobrevivência das gerações futuras significa dar às crianças condições que lhes permitam atingir o pleno desenvolvimento das suas capacidades físicas, intelectuais e morais. Por essa razão, não lhes é, de um modo geral, permitida a entrada no mundo do trabalho antes de atingida a idade (dezasseis anos) e o nível de conhecimentos indispensáveis para enfrentarem esse mundo.

Contudo, se fosse possível recuar até ao século XIX para observar as crianças dos distritos industriais, o contraste mais surpreendente, comparativamente ao presente, seria o da sua aparência física. Salientar-se-iam a estatura mais pequena e os rostos atormentados – particularmente das crianças trabalhadoras –, os membros deformados, as feridas e cicatrizes, o número de mutilados e a sujidade do seu corpo.

A Grã-Bretanha foi o primeiro país do mundo a passar pela experiência da Revolução Industrial e conseqüentemente defrontou problemas sociais mais cedo do que outros países. O período que decorre desde a segunda metade do século XVIII até aos princípios do século XIX é notável, pela rapidez do seu crescimento económico e pelo crescente efeito desse crescimento em diversas áreas da vida britânica. Assistiu-se, no século XIX a uma mudança na Inglaterra, de uma nação predominantemente rural para uma nação urbana. Na estrutura da sociedade ocorreram mudanças paralelas, o que trouxe também conseqüências vitais para o mundo do trabalho infantil. Assim, torna-se relevante a abordagem da exploração do trabalho infantil.

Há já muito tempo que as crianças trabalhavam nos campos, em pequenas oficinas e até mesmo em casa. Não sendo o trabalho infantil uma invenção da Revolução Industrial, neste período a sua exploração adquiriu dimensões impressionantes, quer a nível da quantidade de crianças envolvidas como da crueldade com que eram tratadas. Esta forma de trabalho tirou a criança de casa e colocou-a sob a supervisão de adultos desconhecidos. Dóceis e afáveis, as crianças submetiam-se à disciplina imposta pela mecanização e ao treino das novas virtudes que ditavam a vida dos operários – obediência, assiduidade e pontualidade.

O trabalho infantil tem sido um tema central no debate relativo às conseqüências sociais da Revolução Industrial. Ao longo desta dissertação, algumas questões serão levantadas: Até que ponto é que a exploração do trabalho infantil se intensificou com a

Revolução Industrial? Quais as consequências do trabalho, no caso das crianças operárias da indústria têxtil e dos pequenos limpa-chaminés? Qual foi o papel que o programa legislativo desempenhou na luta contra a exploração destas duas formas de trabalho infantil?

Nos finais do século XVIII e durante o século XIX na Grã-Bretanha, o termo “*child labour*” evoca imagens de crianças a trabalharem nas minas, nas fábricas e na limpeza das chaminés. Nas associações mentais que fazemos da civilização industrial, três imagens são dominantes: as multidões miseráveis de crianças empregues nas fábricas, nas minas ou ainda na limpeza das chaminés, o ferro fundido incandescente e o poder locomotivo, arfante, cuspidor fumos e vapores.

Seria precisamente o constante fascínio e horror induzidos pela imagem de crianças trabalhadoras e a subsequente curiosidade sobre as condições em que estas crianças viviam e trabalhavam, aliada ao enorme interesse e admiração que sempre nutri por este assunto que determinariam o tema desta dissertação. Em virtude da sua dimensão, considerou-se preferível limitar o objecto de estudo às crianças operárias da indústria têxtil e aos pequenos limpa-chaminés que constituem, somente, dois dos vários exemplos de trabalho infantil que se poderiam analisar. Estas duas formas de emprego, quase exclusivamente urbanas, seguiram um percurso semelhante em termos de legislação. Posteriormente, seguiu-se o imperativo de o delimitar temporalmente. O período compreendido entre 1780 e 1878 seria o seleccionado. A primeira data remonta aos inícios da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, salientando-se o ano de 1788, no qual foi promulgada a primeira lei dos limpa-chaminés (*Chimney-Sweepers’ Act*). A década de 1870 foi, de igual modo, importante para a protecção das crianças que labutavam. Registe-se a promulgação da

---

última lei dos limpa-chaminés, em 1875 (*Chimney-Sweepers' Act*) – fundamental para a erradicação do trabalho dos pequenos limpa-chaminés – e a Lei Fabril de 1878 que estabelecia três condições para o ingresso das crianças no mundo do trabalho: a idade, a educação e a sua aptidão física. Em virtude da longevidade da luta empreendida no sentido de proteger estas crianças, tornou-se necessário circunscrever / confinar o trabalho ao período escolhido.

No presente estudo, intitulado *Crianças sem Infância*, será dado ênfase ao modo como o trabalho infantil aumentou em escala e intensidade, principalmente nos anos iniciais da Revolução Industrial, salientando a exploração mais severa no caso das crianças operárias têxteis e dos limpa-chaminés, numa altura em que as crianças desempenhavam ocupações a tempo inteiro, trabalhando lado a lado com os adultos.

Assim, este estudo está dividido em três capítulos relacionados com o efeito da industrialização nas crianças das classes mais desfavorecidas. O primeiro capítulo concentrar-se-á na análise da transição da indústria artesanal para o sistema fabril, assim como na situação social da classe trabalhadora nas grandes cidades industriais num período de rápida expansão urbana. Se nos meios rurais a vida era manifestamente penuriosa para os pobres, nos centros urbanos as classes mais desfavorecidas deparavam-se com inúmeras dificuldades, nomeadamente as precárias condições de alojamento e o excesso populacional, o que influenciava a educação e a vida dos seus filhos que não tinham outra saída, senão a de ingressar prematuramente no mundo do trabalho, de modo a garantirem a sua subsistência.

Aspirando pôr a nu algumas facetas das condições laborais das crianças operárias fabris, no segundo capítulo deste estudo será feita uma caracterização do contexto fabril, particularmente do sector têxtil. Iniciando-se no período de implementação do sistema fabril, focalizar-se-á o recrutamento de mão-de-obra infantil e as consequências resultantes

do trabalho das crianças nas fábricas. Os donos das novas fábricas necessitavam de mão-de-obra e rapidamente se aperceberam de que os dedos ágeis das crianças poderiam ser facilmente treinados para desempenhar uma grande variedade de tarefas rotineiras. Este capítulo tem ainda como objectivo o tratamento de questões referentes à implementação de medidas para o melhoramento das condições laborais destas crianças. A partir dos primeiros anos do século XIX uniram-se esforços, na tentativa de salvar as crianças das condições mais nocivas do emprego fabril.

Por último, no terceiro capítulo analisar-se-á uma outra ocupação laboral característica da época, a dos pequenos limpa-chaminés. Rapazes, e nalguns casos raparigas, eram forçados a subir as chaminés para procederem à sua limpeza, sendo que a natureza deste ofício causava deformidades físicas, doenças horríveis e a degradação da mente. Serão abordadas neste capítulo as medidas, de carácter público e privado, que foram tomadas de forma a proteger estas crianças.

Várias décadas passaram, até que as atitudes para com as crianças e a infância sofressem uma alteração drástica. A indiferença de alguns perante o sofrimento e a exploração das crianças constituiu um dos maiores obstáculos a ser ultrapassado pelos que procuravam estabelecer o seu direito à protecção. Para que a lei fosse generalizadamente cumprida foi preciso que os cidadãos a ela aderissem, isto é, que suscitasse na comunidade o sentimento de que era justa e adequada.

Em suma, este trabalho, *Crianças sem Infância*, tem como objectivo dilucidar a prática de emprego de crianças nas fábricas têxteis e na limpeza das chaminés entre 1780 e 1878, época marcada por importantes mudanças a nível político, económico e consequentemente social.